

**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A**  
C.N.P.J. nº 60.498.417/0001-58  
**SPTrans** ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da São Paulo Transporte S/A, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em 8 de março de 2018, com início às 11 (onze) horas, em sua sede social, nesta Capital, na Rua Boa Vista nº 236, no 7º andar, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre os seguintes assuntos:

**1. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
1.1. Alteração na composição do Conselho Fiscal da Empresa;  
1.2. Eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade, de acordo com o art.31 do Estatuto Social da Empresa;  
1.3. Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.  
**PLINIO ASSMANN - Presidente do Conselho de Administração**

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
**Consultores Ltda.**  
CNPJ nº 02.189.924/0001-03  
Edital de Convocação

Ficam convocados os Srs. quotistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 05 de março de 2018 às 10:00 horas, em primeira convocação e às 10h30, em segunda convocação, em São Paulo - SP, na sede da empresa, na Avenida Dr. Churci Zaidan nº 1.240, Edifício Morumbi Corporate Golden Tower (Torre A), 12º andar, Vila São Francisco, CEP 04709-111, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar a retirada de sócio da sociedade, com cessão e transferência de quotas do capital social; (b) aprovar a admissão de sócios na sociedade, com cessão e transferência de quotas do capital social; (c) ratificação das demais disposições contratuais; e (d) consolidação do Contrato Social.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.  
**Marcelo Natale Rodriguez - Sócio** (21, 22 e 23)

**Daytrade Invest Securitizadora S/A**  
CNPJ/MF nº 29.270.075/0001-74 m- NIRE 353.005.114-09  
Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária

Data/Hora/Local: 08/01/2018, 14:00h, na sede social. **Convocação:** dispensada a convocação. **Presença:** Totalidade do capital social.

**Deliberações:** I - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 10.000 debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na JUCESP, anexo a Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 1ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Sorocaba/SP, 08/01/2018. (a.a.) **Felipe Negrão dos Santos** - Presidente e Acionista, **Déa Negrão** - Secretária e Acionista. **JUCESP** nº 69.976/18-1 em 05/02/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**CCR ViaOeste**  
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.  
CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

**Relatório da Administração**

**1. Sobre a Companhia**  
1.1. **Aos acionistas:** É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. 1.2. **Apresentação:** A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER (“Contrato de Concessão”), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 176,06 quilômetros e manutenção e conservação de 4,4 quilômetros (“Concessão”). O prazo do Contrato de Concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, que, conforme aditado pelo 12º Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, passou a ser de 297 (duzentos e noventa e sete) meses, permanecendo válido, portanto, até dezembro de 2022. A Companhia emprega de forma direta 795 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia. 1.3. **Destaques de 2017:** Investimentos: • Duplicação do km 63 ao km 67 na Rodovia Raposo Tavares (SP270); Empréstimos e Debêntures: • Liquidação da 4ª Emissão de Debêntures; • Liquidação Resolução 4131 (Banco de Tokyo); • Captação da 7ª Emissão de Debêntures. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Foram distribuídos no ano de 2017, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária): • 27/04/2017 - R\$ 65.900 de dividendos intermediários de 2017; • 21/12/2017 - R\$ 250.299 de dividendos intermediários de 2017; • 21/12/2017 - R\$ 12.961 de Juros Sobre Capital Próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/12/2017. Programas sociais: • Os programas sociais beneficiaram 160.681 crianças, jovens e adultos. Prêmios e reconhecimentos: • Prêmios Ouvidorias Brasil 2017; • Reconhecimento ‘Amigo Social’ 2017 – Santana de Parnaíba; • Prêmio ARTESP - Concessionária do Ano; • Prêmio ARTESP - Segurança Rodoviária.

2. **Desempenho econômico-financeiro**  
2.1. **Eventos relevantes ao Mercado:** Debêntures: • Liquidação da 4ª Emissão de Debêntures; • Captação da 7ª Emissão de Debêntures. Quadro resumido do desempenho econômico-financeiro.

Em R\$ mil	2017	2016	Var.%
Receita líquida	1.024.875	965.776	6,12%
Receita de pedágio	1.046.603	978.796	6,93%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	49.941	57.892	-13,73%
Outras receitas	15.292	14.581	4,88%
(-) Deduções da receita bruta	86.961	85.493	1,72%
(-) Custos e despesas (a)	439.348	448.602	-2,06%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	49.941	57.892	-13,73%
Demais custos e despesas	389.407	390.710	-0,33%
(-) Resultado financeiro líquido	65.965	109.728	-39,88%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	168.468	135.821	0,2 p.p.
Lucro líquido	351.094	271.625	29,26%
(+) Resultado financeiro líquido	65.965	109.728	-39,88%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	168.468	135.821	24,04%
EBIT (b)	585.527	517.174	13,22%
Margem EBIT	57,13%	53,55%	3,6 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	60,06%	56,96%	3,1 p.p.
(+) Depreciação/amortização	145.661	126.545	15,11%
EBITDA (b)	731.188	643.719	13,59%
Margem EBITDA	71,34%	66,65%	4,7 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	174	37.147	-99,53%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	734.659	684.163	7,38%
Margem EBITDA ajustada (f)	75,35%	75,36%	0,0 p.p.
Dívida bruta	956.139	877.901	8,91%
Investimentos	55.458	69.274	-19,94%
Veículos equivalentes (em milhares)	121.734	120.456	1,06%

(a) Custos totais: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixas: (i) despesas antecipadas, que se referem à contabilização da outorga paga ao poder concedente em algumas das rodovias de forma antecipada, e que são apropriadas ao resultado ao longo do prazo das concessões; (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. 2.2. **Desempenho:** 2.2.1. **Receita operacional:** A receita bruta de pedágio em 2017 totalizou R\$ 1.046.603 (+6,9% sobre 2016) e representou 98,6% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é, em parte, em consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 2,4%, e pelo aumento de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, que teve acréscimo de 1,6% em relação a 2016. 2.2.2. **Custos e despesas totais:** Os custos e despesas apresentaram uma diminuição de 2,1% em relação a 2016, perfazendo R\$ 439.348 no ano de 2017. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R\$ 49.941 mil. A diminuição de 13,7% em relação a 2016 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente. • Os custos de provisão de manutenção em 2017 foram de R\$ 174, devido às revisões de cálculo da provisão ao longo do ano, considerando que o Contrato de Concessão original se encerraria em 2018 e que todos os projetos executivos de manutenção foram concluídos, indicando uma menor deterioração do pavimento, resultando na mudança da quantidade de intervenção anteriormente prevista. Outro fator que contribuiu para o resultado de 2017 foi o momento econômico do País, resultado em contratações de manutenção mais competitivas. • As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 145.661 no ano de 2017. O crescimento de 15,1% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 60.837. A variação positiva de 3,3% deve-se ao aumento da receita bruta. • Em 2017 o custo de serviços totalizou R\$ 90.323, representando um aumento de 11,9% em relação a 2016. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraços, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • Os custos e despesas com pessoal atingiu R\$ 58.008 no ano de 2017, registrando um aumento de 8,7% em relação a 2016. Esse acréscimo é reflexo principalmente do dissídio da categoria realizado em abril de 2017, além de pagamento de indenizações. • Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, alugueis, marketing, materiais, equipamentos e veículos tiveram aumento de 0,9% em relação a 2016, atingindo R\$ 34.404 no ano de 2017. 2.2.3. **Resultado financeiro:** No ano de 2017 o resultado financeiro foi negativo em R\$ 65.965 e representa uma melhora de 39,9% em relação ao resultado negativo de R\$ 109.728 apurado em 2016. Houve diminuição dos Juros sobre empréstimos, reflexo da liquidação da 4ª emissão de debêntures em maio de 2017. Houve ainda expressiva diminuição das despesas com operações de Hedge/ Swap, Variações Cambiais e juros e variações monetárias, decorrentes do financiamento, ocorrido em outubro de 2015 e janeiro de 2016, via Lei 4131. 2.2.4. **Lucro líquido:** Em 2017, o lucro líquido atingiu R\$ 351.094, apresentando um aumento de 29,3% em relação a 2016. O aumento decorreu, principalmente, devido ao melhor desempenho de receita e diminuição de custos operacionais e financeiros no período. 2.2.5. **Dívida:** Em 2017, a dívida bruta alcançou R\$ 956.139, em comparação a R\$ 877.901 em 2016. 2.2.6. **Investimentos:** No acumulado do ano de 2017, os investimentos somaram R\$ 55.458. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2017, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Duplicação do km 63 ao km 67, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez; Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregação do tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância e complemento do dispositivo km 66+300 visando aumento de capacidade do tráfego e melhores condições de retorno.

3. **Estratégia e Gestão**  
3.1. **Governança Corporativa:** Conselho de administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 4 (quatro) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) é eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e é composto por até 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funciona em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Paulo Cesar de Souza Rangel. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste. O Sr. Paulo Cesar de Souza Rangel pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. 3.2. **Gestão de Pessoas:** A CCR ViaOeste acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 795 de forma direta. Em 2017, foram investidos R\$ 72 mil em 82 programas de treinamento e capacitação das pessoas. 4. **Sustentabilidade**  
Desde sua estruturação, em 1999, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra. Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas. Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos stakeholders e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação. Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gerar valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios. Além da prestação de contas, a atuação sustentável a Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais. Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação da CCR S.A. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse [www.institutoccr.com.br](http://www.institutoccr.com.br). A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. 4.1. **Gestão da sustentabilidade:** A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco na melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2017 a CCR ViaOeste manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, operando o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2017 a CCR ViaOeste atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. Além disso em 2017 a CCR ViaOeste colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência a Companhia na carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. • Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia. A CCR ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2017, a Concessionária apoiou 13 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram mais de milhares de pessoas em 16 municípios lideiros ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados, temos: Programa Estrada para a Saúde que cuida da saúde do caminhheiro, realizando exames periódicos e orientações importantes para manutenção da saúde do motorista profissional. Outro destaque é o Programa Caminhos para a Cidadania que oferece educação no trânsito e meio ambiente para alunos do 4º e 5º anos da rede municipal de ensino. • Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos. Em 2017 foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir a estratégias de comunicação para conscientização dos colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente. A Companhia também investiu em equipamentos, como sistemas de captação de água da chuva, sistema de reaproveitamento de água, aquisição de Geofone para identificação de possíveis vazamentos, instalação de equipamento de controle de vazão em torneiras e caixas acopladas, troca de iluminação convencional para iluminação a LED, alteração na utilização de combustíveis optando para os menos poluentes e gestão de resíduos considerando a logística reversa e reciclagem. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores. A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2017, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Workshop Gestão de Pessoas – O papel indelegável do Líder e Programa Aprimorando. 5. **Considerações finais**  
5.1. **Agradecimentos:** Gostariamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste. 5.2. **Auditores independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. 5.3. **Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. 5.4. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

*continua*

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)											
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016	Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6	54.431	118.893	Empréstimos e financiamentos	13	5.803	104.806	<b>Receitas</b>	19	1.024.875	965.776
Aplicações financeiras		152.734	-	Debêntures	14	12.008	186.829	<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Contas a receber	7	57.500	56.907	Contas a pagar com operações de derivativos	21	7.362	46.301	Custo de construção		(49.941)	(57.892)
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.538	1.479	Fornecedores	15	19.708	16.987	Provisão de manutenção	17	(174)	(37.147)
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	33.791	3.297	Imposto de renda e contribuição social		44.311	46.684	Depreciação e amortização		(143.554)	(123.634)
Impostos a recuperar		7.285	2.413	Impostos e contribuições a recolher		11.094	9.200	Custo da outorga		(60.837)	(58.855)
Despesas antecipadas		2.387	3.174	Obrigações sociais e trabalhistas		9.714	9.122	Serviços		(62.461)	(53.567)
Contas a receber com operações de derivativos	21	162	-	Fornecedores - partes relacionadas	10	3.337	2.847	Custo com pessoal		(39.998)	(38.398)
Adiantamentos a fornecedores		-	21	Cessão onerosa - partes relacionadas	10	476	926	Materiais, equipamentos e veículos		(9.573)	(8.954)
Outros créditos		104	262	Provisão de manutenção	17	26.586	56.212	Outros		(7.622)	(7.500)
Total do ativo circulante		309.932	186.446	Obrigações com o poder concedente		1.372	1.329			(374.160)	(385.947)
<b>Não circulante</b>				Outras contas a pagar		5.579	6.066	<b>Lucro bruto</b>		650.715	579.829
<b>Realizável a longo prazo</b>				Total do passivo circulante		147.350	487.309	<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Contas a receber com operações de derivativos	21	41.030	32.658	<b>Não circulante</b>				Despesas com pessoal		(18.010)	(14.957)
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.594	1.399	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	1.724	Serviços		(27.862)	(27.131)
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	179.212	184.498	Debêntures	14	789.523	438.174	Materiais, equipamentos e veículos		(654)	(626)
Depósitos judiciais		1.246	1.437	Empréstimos e financiamentos	13	148.805	148.092	Depreciação e amortização		(2.107)	(2.911)
Impostos a recuperar		20	-	Impostos diferidos	8b	48.905	37.667	Associação de Classe		(1.275)	(1.136)
Outros créditos		50	50	Outras contas a pagar		-	74	Impostos, Taxas e Despesas com Cartório		(703)	(493)
		223.152	220.042	Provisão de manutenção	17	-	7.230	Provisão para Contingências Jurídicas		(1.483)	(4.857)
<b>Imobilizado</b>	11	48.533	55.921	Cessão onerosa - partes relacionadas	10	39.815	39.622	Incentivos Fiscais		(6.760)	(4.932)
<b>Intangível</b>	12	886.068	964.177	Contas a pagar com operações de derivativos	21	26.432	23.256	Outros		(6.112)	(7.155)
Total do ativo não circulante		1.157.753	1.240.140	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	8.573	7.090			(64.966)	(64.198)
<b>Total do ativo</b>		1.467.685	1.426.586	Total do passivo não circulante		1.062.053	702.929	<b>Outros resultados operacionais</b>		(222)	1.543
				<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	20	585.527	517.174
				Capital social	18a	139.763	139.763	<b>Resultado financeiro</b>		(65.965)	(109.728)
				Reservas de capital	18d	2.642	2.642	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		519.562	407.446
				Reservas de lucros	18c	115.877	93.943	Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(168.468)	(135.821)
				Total do patrimônio líquido		258.282	236.348	<b>Lucro líquido do exercício</b>		351.094	271.625
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.467.685	1.426.586	Lucro por ação ordinária em R\$	18g	0,02392	0,01851
								Lucro por ação preferencial em R\$	18g	0,02632	0,02036
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)											
	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total			
	Capital social	Ágio na Incorporação	Incentivos Fiscais	Legal	Retenções de lucros	Dividendos adicionais propostos			2017	2016	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	139.763	2.642	35	27.953	68.557	127.681	-	366.631			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	271.625	271.625			
Distribuições de dividendos em 28 de janeiro de 2016	-	-	-	-	-	(127.681)	-	(127.681)			
Distribuições de dividendos em 27 de abril 2016	-	-	-	-	(68.557)	-	-	(68.557)			
Destinações:											
Distribuição de dividendos em 20 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	(205.670)	(205.670)			
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	65.955	-	(65.955)	-			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	139.763	2.642	35	27.953	65.955	-	-	236.348			
Distribuição de dividendos em 27 de abril 2017	-	-	-	-	(65.900)	-	-	(65.900)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	351.094	351.094			
Destinações:											
Distribuição de dividendos em 21 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(55)	-	(250.244)	(250.299)			
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	(12.961)	(12.961)			
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	87.889	-	(87.889)	-			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	139.763	2.642	35	27.953	87.889	-	-	258.282			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)											
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017		2016		2017		2016				
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>351.094</b>	<b>271.625</b>									
Ajustes por:											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.238	(9.823)									
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297									
Depreciação e amortização	128.547	110.424									
Baixa do ativo imobilizado	1.634	200									
Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	57.985	78.992									
Capitalização de custo de empréstimos	(6.340)	(9.137)									
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.326	(51.981)									
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(3)	(65)									
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.962	5.810									
Amortização do direito de concessão	17.114	16.121									
Resultado de operações com derivativos e fair value option	16.880	91.694									
Juros sobre mútuos	4.066	5.645									
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.284	6.395									
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	174	37.147									
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	3									
<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos</b>	<b>(74.069)</b>	<b>(59.370)</b>									
Contas a receber de clientes	(590)	(51.426)									
Contas a receber - partes relacionadas	(254)	54.803									
Impostos a recuperar	(4.892)	(47)									
Despesas antecipadas e outros créditos	(28.505)	(25.444)									
Outras despesas antecipadas	1.157	(628)									
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>											
Fornecedores	2.723	(6.213)									
Fornecedores - partes relacionadas	490	659									
Obrigações sociais e trabalhistas	592	(204)									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
<b>1. Contexto operacional</b>	<p>A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A. A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermirio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais: <b>Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6:</b> Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001. <b>Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5:</b> A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos. <b>Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias:</b> O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia. O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6. Em 2016, a Companhia concluiu o prolongamento e duplicação do contorno de São Roque. O projeto visou aumentar a capacidade do contorno existente (o qual teve sua construção finalizada em 2007), que circunda o município de São Roque - SP, desviando o tráfego pesado da área urbana. <b>Duplicação km 63+000 ao km 67+000 – São Roque – SP / Mairinque – SP:</b> O projeto de duplicação do trecho entre os km 63+000 ao 67+000 na região de Mairinque - SP atravessa área conturbada entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e ampliação da capacidade de tráfego. A duplicação km 63+000 ao km 67+000 foi concluída em maio de 2017. A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos: <b>Projeto Cebolão:</b> O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra. Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco. <b>Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0:</b> Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo: • 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009; • 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010; • 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e • 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013. A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em</p>										

continuação

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a ViaOeste, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019351-84.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. A ação encontra-se em fase de instrução. (iii) **Reajuste Tarifário de 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos. Dessa decisão, em 28 de junho de 2017, a ViaOeste interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento. (iv) **Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn) – Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (ViaOeste) – Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias) – Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias Concessionária S.A. (Renovias) – Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011. Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA). Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das Concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. Ante a demora da ARTESP para instaurar e implementar o primeiro de tais processos administrativos tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a controlada ViaOeste, em 5 de abril de 2017, ajuizou Ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. A ação encontra-se em fase de instrução.

## 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor

recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. • Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*): A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. **Hedge de valor justo:** *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data. • Capital social – ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios: Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "f". **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros não derivativos: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução de valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para

salidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. **o) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. **p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **q) Demonstração de valor adicionado:** Foi elaborada demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **r) Novos pronunciamentos e interpretações:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos materiais que possam

continua

continuação

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)**

afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo. **IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes:** A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado. **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. • Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento Financeiro. Amensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito. • Classificação - Passivos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentadas em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. • Contabilidade de hedge: Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia. Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. • Divulgações e Transição: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em

financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações às IFRS 1 e à IAS 28; - ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. **3. Apresentação das demonstrações financeiras**  
**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nesta demonstração foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
**Nota**  
2p Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)  
7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa  
8b Impostos diferidos  
11 Depreciação do ativo imobilizado  
12 Amortização dos ativos intangíveis  
16 Provisão para riscos  
17 Provisão de manutenção  
21 Instrumentos financeiros  
**4. Determinação dos valores justos**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda e taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.  
**5. Gerenciamento de riscos financeiros**  
**Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supra-mencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos poder concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 21 e 22. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscila-

ções das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	5.803	148.805
Debêntures (a)	13.187	514.297
Contas a pagar com operações de derivativos	7.362	26.432
Fornecedores e outras contas a pagar	25.287	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	3.337	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	476	39.815
Obrigações com o Poder Concedente	1.372	-
(a) Valores brutos do custo de transação.		

	2017	2016
Caixa e bancos	4.477	3.721
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	49.954	115.172
	54.431	118.893
	2017	2016
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	152.734	-
	152.734	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016.

**7. Contas a receber**

	2017	2016
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	56.913	56.369
Receitas acessórias (b)	630	584
	57.543	56.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(43)	(46)
	57.500	56.907
<b>Idade de vencimento dos títulos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Créditos a vencer	57.453	56.890
Créditos vencidos até 60 dias	41	17
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	6	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	16	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	27	46
	57.543	56.953

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

**8. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	519.562	407.446
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(176.651)	(138.532)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.656)	(1.410)
Incentivo relativo ao imposto de renda	5.791	4.328
Juros sobre capital próprio	4.407	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(325)	(224)
Outros ajustes tributários	(34)	17
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(168.468)	(135.821)
Impostos correntes	(157.230)	(145.644)
Impostos diferidos	(11.238)	9.823
	(168.468)	(135.821)
Alíquota efetiva de impostos	32,43%	33,33%

**b) Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	2016
<b>(Reclassificado) (*)</b>		
Bases ativas		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	965	1.001
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.915	2.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36	44
Perdas em operações com derivativos	319	11.737
Constituição da provisão de manutenção	9.039	21.570
Outros	75	203
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	46.982	50.561
	60.331	87.526
Bases passivas		
Variação Cambial	(10.513)	(17.675)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(98.723)	(107.518)
	(109.236)	(125.193)
	(48.905)	(37.667)

(\*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.  
(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).

**9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Circulante	3.297	3.297	30.494	-	33.791	3.297
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Não Circulante	13.188	16.485	166.024	168.013	179.212	184.498

(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

**10. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2017					
	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo Contas a receber	Cessão onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>						
CCR S.A.	-	12.417 (a)	2.401 (b)	-	40.291 (b)	971 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
CPC	-	25.692 (e)	-	17 (d)	-	2.296 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	1.665 (b)	12 (d)	-	11 (d)
Samm	2.895 (c)	-	-	3.004 (c)	-	-

continua

continuação

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

	2017			2016		
	Transações		Saldo	Saldos		2016
	Receitas	Serviços prestados		Ativo	Passivo	
SPVias	-	-	-	-	-	2 (d)
BH Airport	-	-	3 (d)	-	-	-
Serveng Cilvilsan	-	-	-	-	-	1
ViaQuatro	-	-	96 (d)	-	-	56 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	1.538	-	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	1.594	-	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	3.132	-	40.291	3.337
Total circulante, 31 de dezembro de 2016	-	-	1.479	-	926	2.847
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016	-	-	1.399	1.724	39.622	-
Total, 31 de dezembro de 2016	2.740	35.319	2.878	1.724	40.548	2.847

## Despesas com profissionais chave da Administração

	2017	2016
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.121	1.763
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	830	646
Complemento de PPR pago no ano	471	248
Previdência privada	131	95
Seguro de vida	4	4
	3.557	2.756

## Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	2017	2016
Remuneração dos administradores (f)	1.019	821
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, então sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; e (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.		

## 11. Ativo imobilizado

## Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.106	(29)	145	4.222
Máquinas e equipamentos	36.041	(306)	1.742	37.477
Veículos	9.923	(312)	2.272	11.883
Instalações e edificações	5.122	-	-	5.122
Equipamentos operacionais	79.296	(264)	4.397	83.429
Imobilizado em andamento	9.036	8.137 (1.532)	(9.166)	6.475
	143.524	8.137 (2.443)	(610)	148.608

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 391 em 2017 (R\$ 371 em 2016). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2017 foi de 3,74% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,48% a.a. no exercício de 2016.

## Movimentação da depreciação

	2016		2017	
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas
Móveis e utensílios	10	(2.721)	(344)	25
Máquinas e equipamentos	11	(22.066)	(3.201)	277
Veículos	25	(6.202)	(2.336)	282
Instalações e edificações	6	(335)	(22)	-
Equipamentos operacionais	11	(56.279)	(7.378)	225
		(87.603)	(13.281)	809

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 12. Ativos intangíveis

## Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.469.206	53.614	1	1.522.821
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.728	47	609	13.384
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	251.709
	1.735.200	53.661	610	1.789.471

## 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos		Saldo dos custos a apropriar		Vencimento final	
			2016	2017	2016	2017	2016	2017
1. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	-	Maio de 2017	-	89.359 (d)	
2. 5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	-	Setembro de 2017	-	87.446 (d)	
3. 5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	519	Setembro de 2019	193.822	180.003 (d)	
3. 6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	2.992	Novembro de 2021	277.166	268.195 (d)	
4. 7ª Emissão - Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	570	Novembro de 2020	330.543	- (e)	
<b>Total geral Circulante</b>			<b>4.081</b>			<b>801.531</b>	<b>625.003</b>	
Debêntures						13.187	187.849	
Custo de transação						(1.179)	(1.020)	
						12.008	186.829	
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures						792.425	441.543	
Custo de transação						(2.902)	(3.369)	
						789.523	438.174	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21. **Garantias:** (d) Não existem garantias; (e) Garantia real.

## Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2017
2019	184.297
2020	330.000
2021	278.128
	792.425

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculados aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.949 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 8.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2017 foi de 3,74% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,48% a.a. no exercício de 2016.

## Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(625.562)	(114.130)	(739.692)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.941)	(1.133)	(11.074)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.350)	(3)	(1.353)	
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(134.170)	(17.114)	(151.284)	
		<b>(771.023)</b>	<b>(132.380)</b>	<b>(903.403)</b>	

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

## 13. Empréstimos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2017	
			2017	2016
<b>Em moeda nacional</b>				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a Julho de 7,70% a.a.	2017	-	68 (b)
			-	68
<b>Em moeda estrangeira</b>				
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a. de Outubro	2017	-	100.005 (c)
2. Banco de Tóquio - Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR+2,10% Janeiro a.a. de 2019	2019	154.608	152.825 (d)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>			154.608	252.830
<b>Total geral Circulante</b>			154.608	252.898
<b>Não circulante</b>			5.803	104.806
			148.805	148.092

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21. **Garantias:** (b) Garantia real. (c) Não existem garantias. (d) Aval / Fiança Corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta.

## Cronograma de desembolso (não circulante):

	2017
2019	148.805

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de Empréstimo, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131, com o Bank of America N.A., no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de Outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI. O empréstimo foi liquidado em 26 de outubro de 2017. 2. Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap com o Bank of America of Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não existem cláusulas de repactuação. Neste exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houveram contratações de novas operações e renegociações das operações existentes.

de setembro de 2019. As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado. Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de swap para a segunda série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture. 3. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021. Com remuneração de IPCA + 6,2959% a.a., os juros serão pagos semestralmente após carência de 12 meses da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2017 e o principal no vencimento. Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa. As debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento e contarão com fiança e garantia real da Companhia, caso ocorra o término do contrato de concessão como consequência de decisão judicial transitada em julgado, relativa a certas ações que tenham sido movidas pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a emissora. 4. Em 30 de novembro de 2017, a ViaOeste realizou sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirográfrica, com garantia fidejussória, com condição suspensiva, em série única. A emissão, em montante total de R\$ 330.000 mil, com vencimento em novembro de 2020, pagamentos de juros semestrais e principal no vencimento, conta com uma remuneração de 106,25% do CDI. A emissão conta com garantia fidejussória, com condição suspensiva, da CCR S.A., isto é, a fiança da controladora entrará em vigor se antes da data de vencimento desta debênture ocorrer o término antecipado do contrato de concessão em razão de decisão judicial exequível desfavorável à ViaOeste proferida no âmbito das ações (i) 0019924-81.2013.8.26.0053; e (ii) 1027970-08.2014.8.26.0053, ambas movidas pela Emissora contra o Estado de São Paulo e ARTESP; ou (iii) 1019684-41.2014.8.26.0053, movida pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a Emissora. Adicionalmente, além das obrigações usuais neste tipo de emissão, a ViaOeste não poderá distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado da ViaOeste seja superior a 4 vezes, a partir das apurações semestrais realizadas com base nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais da Emissora. Todavia, ficará a critério da Companhia, contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, caso queira distribuir dividendos acima do mínimo legal. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

## 15. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	13.067	9.815
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	121	110
Cauções e retenções contratuais (b)	6.520	7.062
	19.708	16.987

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017	
	Saldo Consti-tuição	Rever-Atualização	Paga-Saldo	Monetária
<b>Não circulante</b>				
Cíveis e administrativos	2.289	975 (34)	363	(31) 3.562
Trabalhistas e previdenciários	4.801	1.779 (535)	507	(1.541) 5.011
	7.090	2.754 (569)	870	(1.572) 8.573

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 391 e R\$ 841, respectivamente (R\$ 851 e R\$ 500 respectivamente em 2016). A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	234	14.420
Trabalhistas	2.609	2.106
	2.843	16.526

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.264 (R\$ 2.410 em 31 de dezembro de 2016).

## 17. Provisão de manutenção

	2016		2017	
	Saldo versão de provisão	ajuste a valor presente	Constituição/ re- Reversão do presente	Saldo versão de provisão
Circulante	56.212	7.343	4.023 (40.992)	26.586
Não circulante	7.230	(7.169)	(61)	-
	63.442	174	3.962 (40.992)	26.586

As taxas anuais de 2016 e 2017 para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

## 18. Patrimônio Líquido

**a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d. Reserva de capital:** A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. **e. Dividendos:** Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição

continua



continuação

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

exercício de 2016, sendo R\$ 32.465 em caixa e R\$ 33.615 através de encontro de contas financeiras). **b. Outorga Variável:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta. No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.905, referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). **c. Compromissos relativos à concessão:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	2017	2016
Compromisso de investimento	325.983	429.718

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

**23. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

**24. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos/cessão onerosa com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	AFAC - partes relacionadas	Capital social	Total
Saldo inicial	(252.898)	(625.003)	(40.548)	-	(36.899)	(1.724)	(139.763)	(1.096.835)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>								
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(329.237)	-	-	-	-	-	(329.237)
Dividendos pagos	-	-	-	329.160	-	-	-	329.160
AFAC	-	-	-	-	-	1.724	-	1.724
Pagamentos de principal e juros	105.724	211.366	4.323	-	-	-	-	321.413
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	54.397	-	-	54.397
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	105.724	(117.871)	4.323	329.160	54.397	1.724	-	377.457
<b>Outras variações</b>								
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(9.106)	(50.205)	(4.066)	-	-	-	-	(63.377)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	1.672	(8.452)	-	-	(10.100)	-	-	(16.880)
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	(329.160)	-	-	-	(329.160)
<b>Total das outras variações</b>	(7.434)	(58.657)	(4.066)	(329.160)	(10.100)	-	-	(409.417)
Saldo final	(154.608)	(801.531)	(40.291)	-	7.398	-	(139.763)	(1.128.795)

**25. Eventos subsequentes**

Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação da dívida e do contrato de swap que trocava a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.

**Composição do Conselho de Administração**

**Ítalo Roppa** - Presidente do Conselho  
**Fábio Russo Corrêa** - Vice-Presidente  
**Christiano Aquilino Gramlich das Neves** - Conselheiro  
**Rodrigo Siqueira Abdala** - Conselheiro

**Composição da Diretoria**

**Paulo Cesar de Souza Rangel** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores  
**Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura** - Diretor  
**Contador**  
**Hélio Aurélio da Silva** - CRC 1SP129452/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contingências passivas:** Conforme notas explicativas nº 1 e 16 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas,

consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/O-7

**Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI-SP - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Pelo presente edital, na forma dos artigos 17, §2º e 18, I do Estatuto, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participar da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 1º de março de 2018, com início às 10h30 (dez horas e trinta minutos), na Rua Dr. Bacelar, 1043 - Vila Mariana, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: "Alteração do Estatuto Social". Não havendo na hora acima indicada, número legal de associados para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia Geral terá início meia hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, conforme artigo 17 do Estatuto. São Paulo, 22 de fevereiro de 2018. **Flávio Augusto Ayres Amary** - Presidente - SECOVI-SP

Serasa Experian

**Serasa S.A.**

NIRE: 35.300.062.566 - CNPJ/MF: 62.173.620/0001-80

**Ata de Reunião de Diretoria da Serasa S.A., Realizada em 15.09.2017**  
 Aos 15.09.2017, reuniu-se a Diretoria da Serasa S.A., em sua sede social, na Alameda dos Quinimuras, 187, Planalto Paulista, São Paulo/SP, com a presença de seu Diretor-Presidente, Sr. José Luiz Teixeira Rossi, e de seus Diretores Srs. Valdemir Bertolo, Guilherme Alberto Woods Soares Cavaleiri, Sergio Souza Fernandes Junior. O Sr. Diretor Presidente, tomando a palavra, informou que a reunião tinha a finalidade de deliberar sobre a atualização do endereço da filial, CNPJ/MF nº 62.173.620/0071-92 e registrada sob o NIRE 33.9.0087660-1, de Avenida Dom Helder Camara, 5.555, salas 1003, 1004, 1005, 1006 e 1007, Pílares, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20771-001, para Avenida Dom Helder Camara, 5.555, salas 1003, 1004, 1005, 1006 e 1007, Todos os Santos, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20771-001, bem como deliberar sobre a ratificação da destinação da filial que, exclusivamente, atende pessoas naturais e jurídicas: (i) para prestar informações decorrentes de sua atividade prevista na alínea "b" do artigo 2º do seu Estatuto Social (Atendimento ao Consumidor); (ii) para receber autorização para a abertura de cadastro positivo, nos termos da legislação vigente (Cadastro Positivo); (iii) para receber e entregar documentos e informações referentes à certificação digital; e (iv) como posto avançado para suporte à comercialização de produtos e/ou serviços (Comercial). Discutido o assunto, as propostas foram aprovadas por unanimidade e deliberou-se adotar as providências para as regularizações necessárias perante as repartições públicas competentes. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, a folhas nº 35 do Livro de Ordem nº 04, devidamente registrado perante a JUCESP. São Paulo, 15.09.2017. José Luiz Teixeira Rossi, Valdemir Bertolo, Guilherme Alberto Woods Soares Cavaleiri, Sergio Souza Fernandes Junior. JUCESP nº 517.952/17-8 em 16.11.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUARU**

CNPJ/MF nº 51.370.575/0001-37 - NIRE: 35.300.004.345

**ABERTURA DE LICITAÇÃO**

• A Comissão de Licitações de Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A., torna público que fará realizar à Rua Arminda de Lima, 788 - Vila Progresso - Guarulhos - SP: **Pregão Presencial nº 20/2018** - Prestação de serviços de manutenção da Rede de Telefonia e PABX. **Abertura 09/03/2018 às 10h00.** Processo administrativo nº 633/2017. O edital deverá ser retirado no link: <http://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes> - Proguaru.

**REABERTURA DE LICITAÇÃO**

• A Comissão de Licitações de Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A., torna público que fará realizar à Rua Arminda de Lima, 788 - Vila Progresso - Guarulhos - SP: **Pregão Presencial nº 001/2018** - Fornecimento de sacos de lixo. **Abertura 13/03/2018 às 10h00.** Processo administrativo nº 569/2017. O edital deverá ser retirado no link: <http://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes> - Proguaru.

Guarulhos, 23 de Fevereiro de 2018.

Juliana Coelho Saraiva

Presidente da Comissão de Licitações

**Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.**

CNPJ/MF nº 05.401.842/0001-79 - NIRE 35.300.384.954

**Ata de Reunião de Diretoria realizada em 15 de Janeiro de 2018**

**Data, Horário:** às 10 horas do dia 15/01/2018. **Local:** sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação:** Dispensada. **Ordem do Dia, Deliberações e Comentários:** Deliberar sobre (i) a abertura de filial da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Após as discussões relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, os Diretores, nos termos do Artigo 2º, do Estatuto Social da Companhia, aprovaram por unanimidade (i) a abertura de filial da Companhia na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 19º andar - Itaim Bibi, autorizando que sejam adotadas todas as providências necessárias perante os órgãos públicos competentes para implementação da referida deliberação. **Encerramento:** A ata foi lida aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 15/01/2018. **Assinaturas:** Presidente da Mesa, Ryo Miyajima. Secretária da Mesa, Gabriela de Magalhães Gabriel Doubek. Jucesp sob o NIRE 3590545010-7 e registrada sob o nº 87.332/18-8 em 20/02/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**PROMOTIVA S.A.**

CNPJ/MF nº 12.009.683/0001-27 - NIRE 35.300.379.471

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2018**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Dia 02 de janeiro de 2018, às 15:00 horas, na sede social, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento C, Edifício West Side, Alphaville, CEP 06455-020. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada em virtude da presença do acionista que representa a totalidade do capital social. **3. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **4. MESA DIRIGENTE:** Sr. Alvaro Jorge Fontes de Azevedo, Presidente; e Sr. Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a destituição do Diretor Comercial da Companhia. **6. DELIBERAÇÃO TOMADA:** Instalada a Assembleia, após a discussão da Ordem do Dia, foi deliberada a destituição do Sr. Marcos Ricardo Lot do cargo de Diretor Comercial da Companhia, a partir desta data. **7. ENCERRAMENTO:** O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação. Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo Presidente, Secretário e acionista presente. **(aa)** Banco Votorantim S/A: Alvaro Jorge Fontes de Azevedo e Paulo Euclides Bonzanini. Este documento é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri (SP), 02 de janeiro de 2018. **Alvaro Jorge Fontes de Azevedo** - Presidente. **Rafael Norberto Fernandes** - Secretário. Arquivo na JUCESP em 23.01.2018, sob nº 41.046/18-3. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**Hotel Majestic S/A**

C.N.P.J - 43.121.946/0001-19

**Convocação: Assembleias Gerais Ordinária E Extraordinária**

São convocados os Senhores Acionistas a se reunir em AGOE, que se realizarão no dia 21/04/18, às 10:30 hs, na sede social, na Praça Dr. Vicente Rizzo, 160, nesta cidade de Águas de Lindóia - SP, a fim de deliberar: I – **Ordinária:** a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/17; b) destinação do lucro líquido do exercício findo e distribuição de dividendos; c) assuntos gerais. II – **Extraordinária:** a) exame e deliberações a respeito da proposta da Diretoria para elevação do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros acumulados; b) alteração parcial do estatuto, no tocante ao capital social. Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/17. Águas de Lindóia, 21/02/18. **José Artur Bernardi** - Diretor Presidente. **(22, 23 e 24/02/2018)**